



Indissociabilidade universitária na UFVJM como práxis no contexto das parcerias para o uso público em áreas protegidas

University inseparability in UFVJM as a praxis in the context of partnerships for public use in protected areas

Virginia Martins Fonseca, Raquel Faria Scalco

RESUMO: A temática das parcerias para o uso público em área protegidas, mais precisamente a modalidade de concessão, tem adquirido significativa visibilidade diante da proposição de programas de governos Federal e Estaduais, como estratégia a ser priorizada para o aumento da visitação e da lucratividade que tais áreas podem gerar. Neste sentido, a universidade, enquanto entidade que tem como função a construção de novos conhecimentos, a formação crítica e cidadã de seus estudantes e a contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária, deve se debruçar sobre esta temática a fim de refletir e difundir conhecimentos sobre formas de parcerias mais benéficas para as comunidades localizadas no entorno dessas áreas protegidas. Este artigo tem por objetivo fazer um relato das experiências desenvolvidas no âmbito do curso de turismo da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri sobre as parcerias para o uso público em áreas protegidas, e para tanto foram elencadas e descritas as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas sobre o tema, ressaltando a necessidade de atendimento ao princípio da indissociabilidade e os desafios e contradições que demandam novas formas de atuação das universidades. Como resultados, entendemos que as ações e iniciativas de ensino, pesquisa e extensão já realizadas sobre o tema no âmbito do curso de turismo da UFVJM não são suficientes, e há ainda muito a ser feito, principalmente para superar os desafios impostos atualmente à prática docente que dificultam o pleno atendimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ademais, é preciso colocar em evidência a necessidade de difusão de conhecimentos e iniciativas de parcerias pautadas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, por se tratar de uma importante contribuição que pode reforçar a função social das universidades, destacando a sua atuação para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural da sociedade na qual está inserida.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Pesquisa; Extensão; Unidades de Conservação; Organização da Sociedade Civil.

ABSTRACT: The theme of partnerships for public use in protected areas, particularly the concession modality, has gained widespread attention due to the proposal of Federal and State government programs, as the main strategy aimed at increasing visitation and profitability of these areas. As an institution responsible for generating new knowledge, fostering critical and civic engagement in its students, and contributing to a more just and egalitarian society, universities must focus on this topic to reflect on and disseminate knowledge about more advantageous forms of partnerships for the communities surrounding these protected areas. This article reports on the experiences of the UFVJM Tourism Program about partnerships for public use in protected areas. It describes the teaching, research, and outreach activities carried out on this topic, highlighting the need to comply with the principle of inseparability and the challenges and contradictions that demand a new approach from universities. As a result, we understand that the actions and initiatives of teaching, research and outreach already carried out on the theme within the scope of the UFVJM Tourism Program are not enough, and there is still much to be done, especially in overcoming the challenges that hinder the full implementation of the principle of inseparability between teaching, research, and outreach. Furthermore, it is necessary to highlight the need to disseminate knowledge and partnership initiatives guided by the Regulatory Framework for Civil Society Organizations, as this can reinforce the social role of universities and emphasize their contribution to the scientific, socioeconomic, and cultural development of society.

KEYWORDS: Teaching; Research; Outreach; Protected Areas; Civil Society Organization.

Introdução

As universidades são entendidas como locais onde a reflexão teórica, o pensamento crítico, os posicionamentos e visões de mundo são (re)construídos, bem como onde respostas e propostas de soluções para problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais podem ser desenvolvidas. Neste sentido, as três principais finalidades da universidade (ensino, pesquisa e extensão) devem ser alcançadas por meio do desenvolvimento de atividades que se complementam e se retroalimentam, a fim de atingir o imperativo da indissociabilidade, previsto no artigo 207, da Constituição Federal Brasileira. E, quando se trata de uma temática cujos conhecimentos ainda estão sendo gestados, como é o caso das parcerias para o uso público em áreas protegidas, o papel da universidade enquanto difusora de um conhecimento articulado, construído, aplicado e contextualizado é ainda mais importante e desafiador.

Nessa perspectiva, compartilhamos este relato de experiência sobre as ações de ensino, pesquisa e extensão que já foram desenvolvidas ou que estão em andamento sobre o tema das parcerias para o uso público em áreas protegidas no âmbito do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com vistas a enfatizar a perspectiva da indissociabilidade universitária, assim como a função social da universidade na produção e difusão de informações sobre tal tema, sob uma perspectiva crítica, reflexiva e solidária.

O termo parceria adquire efetividade quando as iniciativas desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em cada instituição de ensino superior brasileira vêm sendo promovidas por pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao

Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP), e nos sensibiliza quanto à necessidade de compartilhar as aprendizagens adquiridas junto à nossa respectiva rede de atuação, a partir da reinterpretação do que é possível, considerando as particularidades do meio em que estamos inseridas.

Desta forma, este artigo tem por objetivo fazer um relato das experiências desenvolvidas no âmbito do curso de turismo da UFVJM sobre as parcerias para o uso público em áreas protegidas e, para tanto, foram elencadas e descritas as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas sobre o tema, ressaltando a necessidade de atendimento ao princípio da indissociabilidade e os desafios e contradições que demandam uma nova forma de atuação das universidades. Para tanto, entendemos como problemática científica do presente artigo o desafio de se atingir plenamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em um mesmo nível de importância; assim como a necessidade premente de se pensar em parcerias público-comunitárias para a gestão das UCs, bem como o papel das universidades nesse contexto de expansão das parcerias para o uso público em áreas protegidas.

Neste sentido, este relato está composto por quatro seções: esta breve introdução; material e métodos; resultados e discussão; e conclusão. Destacamos que as subseções referentes aos resultados e discussão, a saber: 1) O papel da universidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2) Das parcerias às áreas protegidas: nuances que se justificam espontaneamente; 3) Na prática, o que vem sendo proposto pelo curso de Turismo da UFVJM; buscam não apenas subsidiar o diálogo, como principalmente tecer similitudes sobre a práxis docente, considerando preocupações e tendências que permeiam as possibilidades relacionadas aos aspectos norteadores de nossa reflexão.

Mais que compartilhar experiências, este relato tem expectativa de fomentar parcerias interinstitucionais para, quiçá, adquirirmos um maior alcance das inspirações que nos movem para além, em outros territórios possíveis (BOZZANO, 2017) e por meio de utopias reais (WRIGHT, 2015).

Material e Métodos

O presente artigo é fruto de uma pesquisa que pode ser caracterizada, primeiramente, como pesquisa aplicada, pois pretende compartilhar como a temática das parcerias em áreas protegidas tem sido contextualizada no âmbito do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Neste sentido, pretende-se, a partir do referencial teórico sobre o papel das universidades públicas brasileiras e do arcabouço normativo que orienta o trabalho docente, compreender como esta temática, incipiente e desafiadora, tem pautado a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão universitária. Zanella (2013, p.33) enfatiza que:

É importante salientar que esse tipo de pesquisa aplicada tem um referencial teórico como base para analisar a realidade a ser estudada. As realidades a serem estudadas podem ser uma ou mais organizações [públicas, privadas, prestadoras de serviço, industriais, não governamentais, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPS – etc.], uma pessoa ou um grupo de pessoas, um programa ou um projeto que está sendo desenvolvido em uma organização, dentre muitas outras situações que ali ocorrem.

No que se refere à abordagem proposta, a presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois implica no uso de métodos de análise qualitativos. Os métodos qualitativos caracterizam-se, em princípio, “pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade” (ZANELLA, 2013, p.35).

Quanto aos objetivos da pesquisa, a mesma se caracteriza como uma pesquisa descritiva, e serve como base para as pesquisas explicativas. Em função disso, a finalidade dessa tipologia de pesquisa está relacionada à obtenção de informações e a descrição das características do fenômeno em estudo. Assim, apesar de não prever a explicação dos fenômenos que descreve é responsável por subsidiar as análises do fenômeno e suas relações (VEAL, 2011).

Ademais, diante da incipiência de temática que reflita sobre os aspectos relacionados às parcerias em áreas protegidas enquanto práxis necessária à indissociabilidade universitária, optou-se por adotar um planejamento metodológico que atendesse aos conteúdos teóricos sobre o tema, combinando relatos e percepções empíricas, provenientes das experiências vivenciadas ao longo das iniciativas de atuação das professoras Virginia Martins Fonseca e Raquel Faria Scalco, no âmbito do curso de Turismo da UFVJM.

Desta maneira, o relato de experiência foi adotado como ferramenta metodológica central deste trabalho. O relato de experiência vem sendo adotado em diversos trabalhos acadêmicos, já que:

Um relato de experiência pertence ao domínio social, fazendo parte das experiências humanas, devendo conter tanto impressões observadas quanto conjecturadas. Este tipo de estudo é importante para a descrição de uma vivência particular que suscitou reflexões novas sobre um fenômeno específico (DE OLIVEIRA LOPES, 2012, p.2).

Para Daltro e Faria (2019, *apud* PIMENTEL, 2020, p. 20):

O relato de experiência é uma efetiva ferramenta para a produção de conhecimento científico, com destaque para as ciências que demandam a aproximação de uma dimensão mais abrangente e não centralizada somente nos sujeitos. Desta forma, dá prioridade à complexidade humana destacando, principalmente, sua importância no contexto da pós-modernidade. O relato de experiência não tem como pretensão trazer a última palavra sobre determinado assunto, o mesmo traz uma condensação provisória, passível de análise e onde podem ser identificados novos saberes. Caracterizando-se como uma narrativa que aglomera a experiência, o tempo e o lugar de fala do observador, apresentando-se de modo integrado com um referencial teórico, que irá validar esta experiência, tal como um acontecimento científico.

Assim, o relato de experiência, neste trabalho, refere-se às reflexões apreendidas no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto de atuação das docentes supracitadas. E, para conceber e compartilhar os

resultados obtidos das iniciativas realizadas foram adotados como procedimentos metodológicos:

1) pesquisa bibliográfica sobre o papel das universidades brasileiras no que se refere à produção de conhecimentos sobre um tema, atual e desafiador, considerando a tratativa legal que orienta o trabalho docente, a fim de enfatizar a necessidade de a temática ser trabalhada de forma indissociável em projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, foi dado destaque para a atual crise vivenciada pelas universidades e ressaltado o quão desafiador ainda é colocar em prática o princípio da indissociabilidade entre estas três principais finalidades das universidades públicas brasileiras;

2) pesquisa bibliográfica sobre o tema das parcerias em áreas protegidas, com destaque para os aspectos conceituais das parcerias e das organizações da sociedade civil, assim como uso público, visitação e breve contextualização dos instrumentos para celebração de parcerias em áreas protegidas;

3) relato de experiência, por meio da descrição das ações de ensino, pesquisa e extensão que já foram desenvolvidas ou que estão em andamento sobre o tema das parcerias para o uso público em áreas protegidas no âmbito do curso de Turismo da UFVJM, com vistas a enfatizar a perspectiva da indissociabilidade universitária, assim como a função social da universidade na produção e difusão de informações sobre tal tema, sob uma perspectiva crítica, reflexiva e solidária.

Resultados e Discussão

O papel da universidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Desde o surgimento das primeiras universidades brasileiras, oficialmente datada do início do século XX, que estas instituições vêm desempenhando um papel primordial na produção de conhecimento, na capacitação da mão-de-obra para atender um mercado de trabalho em expansão e no desenvolvimento de um pensamento teórico-crítico sobre as mais diversas áreas do conhecimento. Desde então, estes espaços vêm influenciando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, ideológicos e tecnológicos brasileiros, assim como os mesmos também exercem influência direta nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos nas mesmas. De acordo com Gomes (2014, p.2):

As IES são geradoras de influências sociais, quando disponibilizam profissionais e conhecimento e pelo fato de terem de lidar com o retorno potencializado das demandas, resultado das ações qualificadas destes profissionais, seus egressos, assim como com o conhecimento que recaem em seus meandros, em forma de novas demandas, para que novamente, possam melhorá-los e devolvê-los à sociedade. Uma espécie natural de vai e vem, cada vez mais complexo e cada vez mais intenso e interessante.

As universidades são, então, tidas como locais onde a reflexão teórica, o pensamento crítico, os posicionamentos e visões de mundo são construídos, mas também onde respostas e propostas de soluções para problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais podem ser desenvolvidas. Assim, o contexto atual de

transformações constantes da sociedade exige cada vez maior participação da universidade na vida social. Exige, também, maior capacidade de se modificar e de se transformar para o atendimento das demandas sociais, das imposições do Estado e das necessidades do mercado, sedento por novas tecnologias e inovações.

É sabido que a Universidade tem sido chamada a promover a inclusão social, a dialogar com o setor produtivo, a reformular as suas grades curriculares, a criar novos cursos, a estreitar mais os laços com a sociedade em geral e a participar mais ativamente do desenvolvimento econômico. Percebe-se, portanto, que a universidade contemporânea tem se deparado com diferentes demandas e isso a tem forçando a repensar e a redefinir o seu papel, em busca de um “modelo” que dê conta das suas missões, bem como de expectativas da sociedade (GIMENEZ; BONACELLI, 2013, p.10).

Neste sentido, Boaventura de Souza Santos propõe uma discussão para repensar os rumos e o papel da universidade no século XXI, enfatizando as modificações ocorridas ao longo dos anos e, principalmente, a expansão, a interiorização e democratização do acesso à mesma (SANTOS, 2008).

No que se refere à crise das organizações, o autor propõe a necessidade de se repensar o papel social da universidade e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país, o domínio e o avanço no uso das tecnologias e da inovação, assim como o incentivo às atividades empreendedoras na solução de problemas sociais atuais. No entanto, estes aspectos são bastante desafiadores para as universidades contemporâneas, uma vez que são cada vez maiores as exigências por parte da sociedade, ainda que cada vez mais escassos os recursos destinados às mesmas por parte do Estado.

A crise nas universidades é, segundo Santos (1999), uma crise de múltiplas facetas decorrentes de distintas e contraditórias exigências impostas às Universidades:

[...] por um lado, a sociedade (diversos grupos, com demandas específicas) questiona as respostas que a Universidade traz e a utilidade (em distintas acepções) do conhecimento e da formação nela produzidos, demandando-lhe e atribuindo-lhe novas funções; de outro, reconfigurações do papel do Estado implicam em diminuição de recursos para financiamento público para a educação, em financiamento público de ensino superior privado, e em estímulo às Universidades à busca de financiamento privado, contribuindo para uma hierarquização interna de áreas e de conhecimentos, conforme sua maior ou menor facilidade de captar recursos (GONÇALVES, 2015, p.1.234).

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos apresenta as três principais contradições vivenciadas atualmente pelas universidades e as crises geradas por elas. A primeira contradição, segundo o autor seria entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais, manifestando-se como uma crise de hegemonia. Segundo ele, a universidade sofre uma crise de hegemonia na medida em que a sua incapacidade para desempenhar funções contraditórias leva grupos sociais mais atingidos, ou o Estado em nome deles, a procurar meios alternativos de atingir os

seus objetivos. A segunda contradição, entre hierarquização e democratização, manifesta-se como crise de legitimidade, quando uma dada condição deixa de ser consensualmente aceita e na universidade ocorre a falência dos objetivos coletivamente assumidos. Finalmente, a terceira contradição, entre autonomia institucional e produtividade social, manifesta-se como uma crise institucional, quando uma dada condição social estável e auto-sustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução. Na universidade essa crise se manifesta quando sua especificidade organizativa é posta em xeque e outros modelos organizativos lhe são impostos, principalmente aqueles vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes (SANTOS, 1999).

Para superação dessas tensões, contradições e crises o autor propõe uma nova forma de atuação das universidades, mais ativa (do que reativa), autônoma e com planejamento estrategicamente orientado para o médio e longo prazo. Para tanto, propõe uma transformação radical da estrutura e da atuação da universidade, por meio, dentre outras, da dupla ruptura epistemológica (propondo um encontro de saberes e a não hierarquização entre as ciências naturais, humanas e sociais), da autonomia institucional, do rompimento das barreiras disciplinares (promovendo a inter e transdisciplinaridade), da democratização da universidade, da promoção de transgressões inter-classistas, de novas formas de ensino e avaliação e do re-encantamento da universidade (SANTOS, 1999).

Na trajetória histórica que as universidades seguiram, desde o surgimento da primeira universidade ainda no século XI (Universidade de Bolonha), o ensino aparece como a primeira finalidade das Universidades, uma vez que foram criadas para possibilitar a produção de conhecimento e a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho. A partir da criação da Universidade de Berlim (hoje Universidade Humboldt de Berlim), em 1810, que teve início à Primeira Revolução Acadêmica, agregando uma nova missão para as universidades. Assim, a pesquisa surgiu como uma necessidade para dar sustentação ao ensino, por meio da produção de novos conhecimentos. Ainda no século XIX, as universidades começam a compreender a necessidade de realizar a segunda revolução acadêmica, compreendendo o importante potencial que estas instituições tinham na transformação social. A extensão veio, então, como uma forma de possibilitar o acesso da população, em geral, aos benefícios que a universidade pode gerar, ainda que inicialmente tenha se consolidado por meio da prestação de serviços à comunidade, vista como uma forma de retorno da Universidade para a sociedade (GONÇALVES, 2015; TAUCHEN; FÁVERO, 2011; GIMENEZ; BONACELLI, 2013).

Entende-se que o papel histórico que as universidades têm desempenhado, (desde o seu surgimento na Idade Média, passando pelas múltiplas transformações ocorridas ao longo dos séculos), é vincular a formação acadêmica e integral de seus alunos (ensino); fomentar a investigação científica e produção de novos conhecimentos (pesquisa); e promover ações de cunho interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político visando a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (extensão). Neste sentido, destaca-se que o ensino se encarrega de proporcionar o conhecimento profissional e cultural socialmente válido. Porém, com o surgimento de demandas da sociedade relacionadas a necessidade de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como novos ideais de universidade, a pesquisa foi incluída como mais uma atividade universitária. A universidade amplia sua relação com a sociedade e fortalece seu compromisso

social a partir da inclusão da extensão em seu rol de atividades (TAUCHEN; FÁVERO, 2011).

Assim, as atividades de ensino envolvem aquelas orientadas para a formação profissional e integral do discente, incluindo aulas ministradas na graduação e pós-graduação, atividades de monitoria, tutoria, visitas técnicas e trabalhos de campo, aulas práticas e participação em projetos de ensino, dentre outras.

Já as atividades de pesquisa são desenvolvidas com o objetivo de produzir novos conhecimentos, propor novas teorias, solucionar problemas, encontrar respostas, sempre por meio de métodos científicos reconhecidos e pré-definidos. Ela pode ser desenvolvida nos mais variados campos do conhecimento, utilizando métodos e técnicas de pesquisa diversos. Pode ser desenvolvida na universidade por meio da participação em projetos de pesquisas e de iniciação científica, elaboração do trabalho de conclusão de curso, pesquisa na pós-graduação, participação em grupos de estudo, entre outras atividades.

Por fim, para além da perspectiva prática e utilitarista da extensão, as ações extensionistas devem ser processuais e orgânicas, com significado político para que possam permitir aos estudantes não só aplicar, como apreender conhecimento como práxis junto às comunidades. As atividades de extensão envolvem desde a participação em empresas juniores, a prestação de serviços gratuitos à comunidade, realização de cursos, palestras e eventos abertos ao público em geral, consecução de projetos de extensão com interação dialógica com as comunidades, entre outras possibilidades.

Embora as três finalidades principais da Universidade dialoguem com o preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não foi expressamente inserido dentre as finalidades da educação superior na referida lei (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015).

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, Lei nº9.394, 1996, art. 43º).

Ademais, estas três finalidades principais da universidade (ensino, pesquisa e extensão) devem ser alcançadas por meio do desenvolvimento de atividades que se complementam e se retroalimentam, a fim de atingir o imperativo da indissociabilidade entre eles, previsto no artigo 207, da Constituição Federal Brasileira:

As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, art. 207º).

Analisando o artigo acima, devemos entender a indissociabilidade como algo que não pode ser separado, fragmentado, sendo que as partes se complementam e são fundamentais para o entendimento e alcance dos objetivos do todo, de forma complexa. Assim, as atividades fins da universidade devem andar de mãos dadas e serem desenvolvidas de modo articulado e complementar. Consideramos também que o fato desse princípio constar na Constituição implica em um dever das instituições universitárias para com a formação de seus discentes, não sendo opcional a sua implementação. De acordo com Tauchen e Fávero (2011, p. 417):

A indissociabilidade, para ser compreendida, demanda o desenvolvimento e ampliação das percepções dos sujeitos, construindo relações, interações, interconexões, processos e sistemas abertos, produzindo conhecimentos a partir *do* e inseridos *no* contexto social.

Salientamos ainda que o princípio da indissociabilidade universitária está expresso nas diretrizes da Política Nacional de Extensão, estabelecida pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, quais sejam: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social (FORPROEXC, 2012, p.29)

Destacamos, no entanto, que a estrutura administrativa atual das universidades (tanto públicas, como principalmente privadas) dificulta tal processo, considerando as controvérsias impostas à conciliação entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a importância em termos de visibilidade, de destinação de recursos e de cobrança de produtividade impõe certa hierarquização entre estas atividades, dificultando o alcance desse princípio constitucional.

Por outro lado, no que se refere à autonomia universitária que igualmente trata o artigo 207 da Constituição Federal, entendemos como algo incomum e pelo qual as instituições têm historicamente lutado para que este direito seja de fato

efetivado. Neste sentido, a Universidade influencia e sofre influência do contexto social, econômico e, cada vez mais, político no qual estão inseridas. Neste sentido, Gomes (2014, p. 4) destaca que:

Por mais válida e decisiva que seja a luta pela autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica exercida pelas universidades e por suas entidades representativas, ainda é presente a dependência que estas instituições mantêm das tendências políticas predominantes.

Por fim, cabe ressaltar que o princípio da indissociabilidade favorece a formação integral de toda a comunidade acadêmica (gestores, técnicos, docentes, discentes) e não acadêmica, incentiva as universidades a terem maior atenção às demandas sociais, propicia o diálogo com os diferentes setores da sociedade e fortalece a formação e a produção de conhecimento atentas às necessidades sociais e do mercado de trabalho.

Dessa forma, o princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão constitui uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade (GONÇALVES, 2015, p.1.236).

No entanto, a ciência moderna, baseada no conhecimento empírico e na racionalização do método positivista, transformou o saber socializado e aberto em conhecimento fechado, fragmentado em disciplinas e cada vez mais especializado. Assim, é necessário repensar a forma de atuação das universidades, que vem fragmentando o conhecimento, e fomentar os princípios da transdisciplinaridade, da pluralidade e da universalidade do conhecimento, que são princípios fundantes da universidade. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos acredita que: “É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos” (SANTOS, 2006, p.74). É necessário, portanto, que as diversas áreas do conhecimento científico dialoguem entre si e estabeleçam também relações com outros tipos de saberes não hegemônicos. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2006), a nova racionalidade da ciência está no seu enriquecimento epistemológico que deverá se dar a partir do diálogo de saber (científicos, populares, tradicionais), ambos sendo valorizados e se complementando (SCALCO, 2009).

Tauchen e Fávero (2011, p.417) defendem que “a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não é, portanto, apenas uma questão legislativa, mas um princípio epistemológico fundamental à instituição universitária*”.

Destacamos que diversos desafios ainda devem ser enfrentados para superar a crise atual das universidades, a fragmentação dos conhecimentos e a hierarquia ainda existente (de reconhecimento, de legitimidade, de visibilidade e de destinação de recursos) entre as três finalidades da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, a coexistência dessas três atividades na universidade não implica, necessariamente, no alcance do princípio da indissociabilidade entre elas, posto o entendimento de que este princípio ainda está em construção, em consolidação nas universidades públicas brasileiras. Há limites estruturais e

conjunturais, dentre eles: a necessidade de equiparação entre estas atividades, um ensino efetivamente contextualizado, que pressupõe a transformação da extensão em prática associada à pesquisa e ao ensino, a transdisciplinaridade, o diálogo entre saberes e, principalmente, a abertura, flexibilização e reorganização da estrutura universitária. Para Santos (2008), somente desta forma poderia haver o rompimento da dicotomia entre universidade e sociedade, e o conhecimento universitário poderá ser, de fato, transposto para um conhecimento pluriversitário, cujo princípio organizador do conhecimento seja a sua aplicação e a sociedade passe a ser sujeito (e não objeto) do conhecimento.

Portanto, quando se trata de uma temática cujos conhecimentos ainda estão sendo gestados, como é o caso das parcerias para o uso público em áreas protegidas, o papel da universidade enquanto difusora de um conhecimento articulado, construído, aplicado e contextualizado é ainda mais importante. Neste sentido, enfatizamos a necessidade da universidade, seus docentes e discentes conhecerem as políticas públicas atuais que estão sendo propostas sobre assunto, contextualizá-las e analisar práticas no cotidiano, para efetivamente difundir experiências e conhecimento para a comunidade interna e externa. Tais objetivos, quiçá, possam ser plenamente atingidos por meio do fomento ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, cotidianamente e de forma conjunta, a fim de reverberar iniciativas que sejam mais adequadas e benéficas às comunidades do entorno de tais áreas protegidas.

Das parcerias às áreas protegidas: nuances que se justificam espontaneamente

Primeiramente, nos parece essencial compreender qual o significado do termo “parceria”. Para Houaiss e Villar (2001, p. 2.132), a parceria “é a reunião de indivíduos para alcançar um objetivo comum; companhia; sociedade”. No entanto, encontrar referências conceituais do termo, ainda que seu uso seja bastante trivial, não é algo tão simples. Segundo o Dicionário do Desenvolvimento:

[...] as parcerias são acordos mutuamente benéficos entre duas ou mais partes, com responsabilidades partilhadas aos mais diversos níveis. São relações de colaboração entre entidades para trabalhar em conjunto com vista ao alcançar de objectivos comuns através de um acordo entre as partes sobre a divisão de tarefas (FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, 2022, s.p.)

Ainda segundo o Dicionário de Desenvolvimento, em uma relação de parceria, tanto pessoas como organizações podem colaborar para alcançar os objetivos estabelecidos em conjunto, com responsabilidades partilhadas. Desta forma, os parceiros podem ser organizações governamentais, organizações da sociedade civil (OSC), organizações não governamentais (ONG), universidades, associações profissionais, organizações multilaterais, empresas, pessoas físicas, etc. Ou seja, para que haja uma dada parceria é necessário somar aquilo que as pessoas ou organizações têm e querem partilhar com o intuito, não somente de obter o resultado desejado, como também da melhor forma e mais ágil do que se fizessem sozinhos. No Dicionário de Desenvolvimento (FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, 2022, s.p.), considerando o depoimento de um colaborador, “Parceria é [...]

lutar em conjunto, união, cooperação, investimento, empatia, relação, solidariedade, colaboração e [...] amor por uma causa”.

Interessante destacar que este dicionário tem como objetivo ser uma ferramenta para todas e todos que querem saber mais sobre Desenvolvimento e Cidadania Global, buscando de forma clara, acessível, integrada e *glocal*¹, apresentar um conjunto de conceitos, desenvolvidos de forma colaborativa, para todas e todos que têm interesse em compreender novos olhares sobre um tema tão multidimensional. Destacamos que tal iniciativa, que nos parece muito relevante, não alcança tanta visibilidade como poderia e, considerando que está em consonância com a temática referente às parcerias para o uso público em áreas protegidas, apresenta não somente um dado entendimento sobre o conceito parceria, como o vincula a vários outros termos, tão singulares como necessários em dias atuais. Iniciativas como estas são pílulas de inspiração para a atuação da classe trabalhadora da educação, dentre a qual nos enquadrados como docentes do ensino superior público, em que devemos promover ações e projetos relacionados às temáticas as quais nos debruçamos no intuito de alcançar a tão almejada indissociabilidade universitária.

Nesse sentido, tendo como horizonte pautar a perspectiva da interdisciplinaridade, não podemos perder de vista o entendimento de Fazenda (2007), em que a parceria existe quando um grupo trabalha de forma integrada e seus componentes partem do princípio de que é preciso ter humildade para assumir que todo conhecimento é relevante e deve ser respeitado na construção de uma nova ideia ou projeto. A autora ainda afirma que é essencial que a parceria se estabeleça com afetividade e respeito, uma vez que esta não existe se não houver troca entre indivíduos e, igualmente e para tanto, o diálogo entre os envolvidos é crucial para potencializar conhecimentos por meio da troca das vivências, valores, caminhos e experiências, numa concepção complexa da práxis docente, justificada não apenas pela necessidade como, principalmente, pelo prazer de poder compartilhar.

Assim, entender este sentido genuíno da parceria, inclusive como práxis docente, é essencial para dar conta de sensibilizar, compreender e contextualizar como podem ocorrer práticas mais solidárias na consecução do uso público em áreas protegidas, e que sejam preferencialmente protagonizadas pelas comunidades locais. Já enveredando nesta seara, que adiante adquire viés legalista de como podem se dar tais parcerias, é relevante apresentar alguns apontamentos do Marco Regulatório de Acesso a Recursos pelas Organizações da Sociedade Civil (MROSC), por meio da Lei nº 13.019, de julho de 2014. Segundo a Cruz e Marques (2021, p.11):

A Lei Federal 13.019/2014 não é um marco regulatório das OSCs mas sim um marco regulatório sobre as parcerias voluntárias das OSCs com o poder público para a execução de ações de mútuo interesse, com a transferência de recursos financeiros ou não. A questão essencial do MROSC é o recurso público e não as OSCs. O controle que a norma busca efetivar não é e nem poderia ser sobre as organizações da sociedade civil pois, caso fosse essa a intenção, antes da aprovação da lei seria necessária a alteração das normas constitucionais.

¹ Indicamos a leitura neste dicionário dos seguintes termos: Cidadania Global; Coerência das Políticas para o Desenvolvimento; Consumo Sustentável; Cooperação; Justiça Social; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).

Assim, cabe evidenciar o protagonismo de uma rede que, desde 2010, teve como finalidade definir uma agenda comum de incidência da sociedade civil brasileira, em prol da melhoria de seu ambiente de atuação, seja pela regulação, seja pela produção e apropriação de conhecimentos. A Plataforma MROSC é conformada por mais de 2 mil organizações signatárias e visibiliza diversos movimentos sociais, entidades religiosas, OSC, institutos, fundações privadas e cooperativas da economia solidária, destacando o papel das Organizações da Sociedade Civil como patrimônio social brasileiro e pilar da democracia nacional.

E o que são, afinal, as Organizações da Sociedade Civil? Segundo o glossário do Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as OSC são organizações registradas formalmente (isto é, que possuem CNPJ) e que atendem aos seguintes critérios:

- Privadas: não se integram à estrutura estatal;
- Sem fins lucrativos: não distribuem eventuais ganhos ou excedentes operacionais entre sócios, fundadores, diretores;
- Institucionalizadas: possuem personalidade jurídica própria, ou legalmente constituídas
- Auto-administradas: capazes de gerenciar suas próprias atividades;
- Voluntárias ou não-compulsórias: constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, sem nenhum impedimento ou constrangimento legal. (IPEA, 2022, s.p.).

Portanto, segundo o Mapa das OSC (IPEA, 2022), no Brasil, esses critérios equivalem a três figuras jurídicas do novo Código Civil: associações privadas, fundações privadas e organizações religiosas. Ademais, o termo “Organização da Sociedade Civil” representa a forma mais recente de fazer referência àquelas entidades antes denominadas “Organizações Não-Governamentais” (ONG). O Mapa das OSC destaca que essas entidades constituem atores sociais e políticos cada vez mais presentes nas democracias contemporâneas. Ainda de acordo com o Mapa, existem no Brasil 815.676 OSC e, em Minas Gerais são 85.802 OSC (IPEA, 2022).

Interessante destacar que as OSC podem ter suas atividades e projetos financiados por recursos próprios ou externos, ou seja, repassados por outras entidades privadas ou públicas. O IPEA (2022) esclarece que os recursos próprios podem ser provenientes de prestação de serviços pela organização ou de doações de seus membros associados, de outras organizações ou empresas privadas, assim como realizar parcerias com elas. As OSC também podem firmar parcerias com órgãos governamentais nacionais e internacionais.

E, em quaisquer destas perspectivas, as OSC podem contribuir de modo diferenciado às práticas relacionadas ao fomento do uso público em áreas protegidas, uma vez que elas podem desempenhar atividades com diversos fins e que representam interesses de grupos especiais ou que defendem ideias e causas distintas, inclusive as públicas. Para exemplificar, as OSC podem desenvolver atividades voltadas aos interesses dos empregados ou dos empregadores, de grupos profissionais, de grupos religiosos, políticos etc.; de cunho esportivo, cultural, socioeconômico, atenção à saúde humana, assistência social, dentre outros. E, podem ainda desempenhar outros tipos de atividades que abrangem desde serviços ligados ao patrimônio cultural e ambiental até atividades de pesquisa e

desenvolvimento científico, justamente temáticas que vão ao encontro dos ideais do uso público em áreas protegidas.

Assim, a Instrução Normativa nº 14, de 27 de julho de 2022, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entende por parceria:

conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre o Instituto Chico Mendes e Instituições Parceiras, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em instrumento específico (BRASIL, Instrução Normativa nº 14, 2022, Art. 2, I).

Esta IN nº14, de 2022, passou a vigorar em 1 de agosto de 2022, e tem especial importância considerando a necessidade do ICMBio em disciplinar os procedimentos administrativos para formalização de parcerias junto às Organizações da Sociedade Civil, Fundações de Apoio e entidades da Administração Pública para o desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito de sua área de atuação.

Nesta seara, Rodrigues e Abrucio (2019) sinalizam que, ainda que a adoção de outros instrumentos esteja avançando, são as concessões àquelas citadas com mais frequência na agenda tanto do governo federal como de alguns estados. Ainda assim, os autores apontam que as parcerias podem envolver uma diversidade de arranjos institucionais entre a esfera pública e privada, com ou sem fins lucrativos, o que tem se tornado um tema recorrente nesse debate, principalmente no que tange à importância da participação das iniciativas protagonizadas pelos empreendimentos locais, de micro e pequeno porte. E nesse contexto, não podemos perder de vista os apontamentos inspiradores de Rodrigues e Botelho (apud OPAP, 2021), quanto ao termo parcerias público-comunitárias, já que:

Este tipo de parceria envolve o protagonismo de comunidades locais e organizações da sociedade civil, a fim de fortalecer o turismo, o lazer e a conservação em áreas protegidas, contribuindo também para a garantia de direitos sociais, a valorização de identidades culturais e a diversificação de alternativas socioeconômicas locais. [... As parcerias] visam objetivos comuns, como a conservação dos bens naturais e culturais, por exemplo. Mas também envolvem um processo de negociação com diferentes interesses, formas de atuação, perdas e ganhos. Envolve ainda múltiplos olhares sobre a gestão e variadas formas de se relacionar com os bens públicos, a natureza e os comuns. Tanto no sentido dos bens comuns, como nos valores envolvidos nas diferentes formas de acessar, manejar e sustentar estes bens (OPAP, 2021, 4min38seg – 5min55seg).

Assim, nos parece essencial sinalizar como nosso entendimento acerca do termo uso público em áreas protegidas está alicerçado, ainda que o mapeamento das iniciativas de parcerias que o OPAP foque nas questões relacionadas ao lazer e turismo. Para Vallejo (2015), o uso público deve ser interpretado como estratégia de valorização social das próprias áreas protegidas, já que associa que o processo de

visitação em tais territórios pode se manifestar por meio de atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, com vistas a proporcionar ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes.

Já na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, não está clara a interpretação do uso público em tais territórios, e ainda que este possa ser subentendido em diversos artigos (quando trata dos objetivos de várias categorias de unidades de conservação), nós entendemos que está implícito no inciso IV, do artigo 5º, que trata das diretrizes do SNUC, uma vez que:

Busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (BRASIL, Lei nº 9.985, 2000, art. 5).

Para Omena *et al.* (2022), o uso público não deve se restringir apenas à visitação (uso público recreativo), mas também devem ser considerados tanto o uso público científico (pesquisas científicas que ocorrem nas unidades de conservação), como o uso público ambiental (serviços ecossistêmicos). Já para a IUCN, a concepção de uso público é bastante genérica, uma vez que o termo é entendido como “qualquer forma de utilização de uma área protegida realizado por um visitante durante sua estadia” (LEUNG *et al.*, 2019, p. 2). E, para contextualizar a perspectiva da legislação ambiental mineira, trazemos o conceito *strito sensu* da Portaria nº 34, de 28 de junho (MINAS GERAIS, 2018), que entende por uso público:

[a] visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, científica, de interpretação e educação ambiental, que se utiliza dos atrativos das unidades de conservação estaduais e da infraestrutura e equipamentos disponibilizados para tal. (Art. 2).

Assim, cabe destacar a importância que o conceito de visitação adquire, de forma geral, em algumas publicações dos órgãos competentes da esfera nacional. Assim, o Ministério do Meio Ambiente (2006, p. 9) já preconizava a visitação em Unidades de Conservação como “o aproveitamento e a utilização da unidade de conservação com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais”.

A Instrução Normativa nº 05 (ICMBIO, 2018) ratificou tal entendimento, uma vez que define que a visitação “consiste na utilização das unidades de conservação com fins recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” (Art. 2).

Já em 2020, diante da publicação do Roteiro Metodológico Planejamento de Atividades de Visitação com Objetivo Educacional, foi esclarecido o entendimento do termo “visitação com objetivo educacional” que é “aquela onde o planejamento, a execução e o monitoramento da atividade são estruturados de modo a atingir os

objetivos cognitivos, comportamentais e/ou atitudinais propostos” (ICMBIO, 2020, p.17).

Ainda assim, a falta de clareza acerca do alcance de cada termo é significativa, pois mesmo na recente publicação do Roteiro de Planejamento da Visitação com Objetivos Educacionais (ICMBIO, 2020), está a tênue linha conceitual entre uso público e visitação, já que:

As diretrizes institucionais para visitação ressaltam a necessidade de se buscar a diversificação das oportunidades de uso público das Unidades de Conservação (UC), conforme a vocação e características cênicas, naturais, culturais e sociais de cada uma. [...] Nos termos em que foi definida pelo ICMBio, a visitação com objetivo educacional é um assunto novo na gestão do uso público. (p. 9-10).

A convergência de interesses (conservação da diversidade biológica e promoção da visitação), principalmente quando analisada à luz da categoria parques, já era tratada como realidade factível desde a publicação da Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000) e em seu decreto regulamentador, o Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2002):

Art. 25. É passível de autorização a exploração de produtos, subprodutos ou serviços inerentes às unidades de conservação, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por produtos, subprodutos ou serviços inerentes à unidade de conservação:

I - aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo (BRASIL, Decreto Nº 4.340, 2002).

Tais apontamentos são essenciais para compreender como vem sendo prejudicado o funcionamento das instituições do Estado, frente à atuação das pastas de ministérios, fundações públicas e agências que têm fomentado políticas contrárias às finalidades para as quais foram criadas, enquanto instâncias governamentais, destruindo os avanços que haviam sido alcançados e perseguindo servidores que se posicionem contrariamente às pautas neoliberais atuais (OLIVEIRA, 2022).

Nos perguntamos se não seria nesta direção que a adoção de estratégias para a concessão dos serviços turísticos nos parques está ganhando fôlego, por meio da institucionalização de políticas públicas que atendam aos interesses do mercado. Assim, sinalizamos que esta temática demanda, urgentemente, análises mais aprofundadas para corroborar ou refutar tais hipóteses.

De qualquer forma, neste cenário é essencial compreender e promover o conhecimento acerca das características de cada instrumento de possível parceria para o uso público em áreas protegidas, o que para Rodrigues e Abrucio (2019, p. 108), implica em compreender como se darão, entre a esfera pública e privada com fins lucrativos, “questões como envergadura econômica do projeto; tipo de parceiro (pessoa física, pessoa jurídica); tipo de documento de formalização (ato

administrativo, contrato, acordo de cooperação, termo de fomento); tempo de duração do contrato”.

No entanto, considerando nosso recorte quanto às possibilidades de parcerias relacionadas ao MROSC, nos parece bastante relevante destacar a supracitada (e recente) Instrução Normativa nº 14, de 27 de julho de 2022, do ICMBio (e seus anexos), que estabelece a normativa legal e minutas referenciais de cada modelagem de parceria. Neste sentido, foi elaborado um quadro síntese dos procedimentos administrativos no tocante a esta temática.

QUADRO SÍNTese DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS RELACIONADOS ÀS PARCERIAS COM O INSTITUTO CHICO MENDES

Instrumento: Acordo de Cooperação

Conceito: Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes com Organizações da Sociedade Civil, Fundações de Apoio ou entidades da Administração Pública, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco **que não envolvam a transferência de recursos financeiros**

Aplicação: Parcerias com as OSC, outros órgãos e entidades da Administração Pública ou entidades privadas com fins lucrativos; Realização do chamamento público, para a seleção da proposta mais adequada para a parceria com o ICMBio; Entre órgãos e entidades da Administração Pública basta a manifestação oficial de interesse na parceria da entidade que quer ser parceira; O único caso de DISPENSA de chamamento público aplicável ao ICMBio é para celebrar o Acordo de Cooperação com associação representativa das populações tradicionais ligadas à UC para a exploração de atividades ligadas ao uso público.

Legislação: Lei nº 13.019, de 2014 (Art 2 - inciso VIII – A); Decreto Federal nº 8.276, de 2016; Lei nº 11.516, de 2018 - Art. 14-C, parágrafo terceiro (artigo acrescentado pela Lei nº 13.668, de 2018)

Instrumento: Termo de Parceria

Conceito: Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, devidamente qualificadas e sem representação no Conselho Gestor da Unidade de Conservação, para a **consecução de gestão compartilhada** nos termos do art. 17, §4º, e dos arts. 21 a 24 do Decreto nº - 4.340, de 2002.

Aplicação: Vínculo de cooperação entre o Poder Público e as Oscip, essencialmente com transferência de recursos, para execução de atividades previstas em plano de trabalho; Gestão compartilhada de unidade de conservação com Oscip.

Legislação: Lei nº 9.790, de 1999 (Art. 9); Decreto nº 3.100, de 1999; Lei nº 9.958, de 2000 (Capítulo VI); Decreto nº 4.340, de 2002

Instrumento: Termo de Colaboração

Conceito: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco **propostas pelo Instituto Chico Mendes, que envolvam a transferência de recursos financeiros**.

Aplicação: - Parcerias com as OSC em projetos com transferência de recursos financeiros por parte da Administração Pública; Motivação do ICMBio, abertura de edital de chamamento público buscando um parceiro (OSC) que queira executar determinado projeto elaborado e custeado pelo ICMBio. Ex. Elaboração de um Plano de Manejo.

Legislação: Lei nº 13.019, de 2014 (Art. 2º, inciso VII); Decreto Federal nº 8.276, de 2016

Instrumento: Termo de Fomento

Conceito: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas **pelas Organizações da Sociedade Civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros**.

Aplicação: Parcerias com as OSC em projetos com transferência de recursos financeiros por parte da Administração Pública; Motivação do ICMBio, abertura de edital de chamamento público buscando um parceiro (OSC) que queira executar um projeto que ainda não está totalmente definido, sendo a proposta técnica, a ser custeado pelo ICMBio, a forma principal de selecionar o parceiro.

Legislação: Lei nº 13.019, de 2014 (Art. 2º, inciso VIII); Decreto Federal nº 8.276, de 2016

Instrumento: Termo de Doação

Conceito: Doação é o contrato em que **há transferência para o Instituto Chico Mendes, sem encargos**, dos bens adquiridos pela Instituição Parceira. No caso de a doação não ocorrerem em função de uma parceria existente, mencionar “**de acordo com a manifestação técnica**” que avalia a conveniência da doação, classificação do bem, etc.

Aplicação: Doação da transferência a outrem do domínio de um objeto, voluntariamente; Bem público: objeto de transferência é um item, bem móvel ou imóvel, que integrará o acervo patrimonial da Administração Pública; O princípio básico é o do “interesse público”; A doação, em geral, não está condicionada à realização de procedimento licitatório.

Legislação: Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil - Art. 538); Lei nº 8.666, de 1993: Decreto nº 9.373, de 2018

Instrumento: Termo de Cessão

Conceito: A cessão implica na **transferência gratuita** ao Instituto Chico Mendes (ou o contrário) **da posse de um bem público**, de uma **entidade ou órgão para outro**, para uso nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de **colaboração entre repartições públicas**, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando.

Aplicação: Formalizada por meio de termo de cessão entre os representantes das pessoas cedente e cessionária, no qual constará expressamente as condicionantes estabelecidas, sendo vedado qualquer desvio de finalidade; O prazo pode ser determinado e o cedente pode, a qualquer momento, reaver a posse do bem cedido.

Legislação: Lei nº 9.639, de 1998

Instrumento: Procedimento de Manifestação de Interesse

Conceito: Instrumento por meio do qual as Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais e cidadãos poderão **apresentar propostas de abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) ao Instituto Chico Mendes** para que este **avalie a possibilidade de realização de um Chamamento Público objetivando a celebração de parceria**;

Procedimento de Manifestação de Interesse tem por objetivo que as Organizações da Sociedade Civil possam apresentar propostas de projeto a serem desenvolvidas conjuntamente com o Instituto Chico Mendes, indicando o objetivo do projeto, a situação problema que pretende solucionar, a descrição geral das atividades que pretende desenvolver e as metas a serem atingidas.

Aplicação: Apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, com a finalidade de subsidiar a Administração Pública na estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de arrendamento de bens públicos ou de concessão de direito real de uso; A remuneração pelos estudos só é efetivada se aberta a licitação por parte da Administração Pública e será realizada pelo vencedor da licitação.

Legislação: Lei nº 13.019, de 2014. Decreto Federal nº 8.276, de 2016 (Art. 75 e § 1º); Decreto Federal nº 8.428, de 2015

Fonte: adaptado pelas autoras.

Destacamos que os anexos da Instrução Normativa nº 14, de 2022, do ICMBio, contribuem significativamente para uma compreensão sobre os aspectos relacionados a tais modelagens, uma vez que apresenta as minutas relacionadas ao instrumento *per si*. Entendemos que esta Instrução Normativa do ICMBio, para além da necessidade de ser difundida entre as gestoras, gestores e OSC do entorno das unidades de conservação de âmbito federal, deveriam inspirar governos estaduais a configurarem modelos semelhantes de orientação para viabilizar o alcance das parcerias em seus respectivos territórios patrimonializados. Quanto mais diversas e complementares as parcerias para atender às demandas do uso público, mais igualmente (e principalmente) sensíveis elas serão às possibilidades de protagonismo das comunidades locais, promovendo o fenômeno do turismo de modo mais inclusivo e solidário, frente a tantas realidades.

Assim, considerando tais princípios norteadores para tratar das parcerias para o uso público em áreas protegidas é que nos propusemos a pautá-la em ações de ensino, pesquisa e extensão no Curso de Turismo da UFVJM.

Na prática, o que vem sendo proposto pelo curso de Turismo da UFVJM?

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) possui seu principal campus localizado na cidade de Diamantina, porta de entrada do Vale do Jequitinhonha, a cerca de 300km da capital mineira. Diamantina se destaca neste cenário por diversas características, dentre elas, sua localização privilegiada em relação a capital mineira bem como a presença da atividade turística de forma incipiente, o que garante certa autenticidade em relação a outros destinos turísticos semelhantes, frente aos atrativos de expressivo patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico que possui.

Assim, o desenvolvimento de iniciativas que busquem integrar a temática do meio ambiente, em especial das áreas protegidas com a universidade, é essencial no intuito de compreender qual é a conjuntura atual bem como a necessidade de identificar estratégias para acompanhamento, de modo constante, de tais tendências na realidade de influência da UFVJM, dada a necessidade eminente de contribuição para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural da região em que o curso está inserido.

A temática do uso público em áreas protegidas, mais precisamente a concessão de serviços turísticos e estruturação física para a visitação, tem adquirido significativa visibilidade diante da concepção de programas de governos Federal e Estaduais (dentre os quais se configura Minas Gerais) como estratégia a ser priorizada em tais processos. Destacamos em Minas Gerais os Parques Nacionais da Serra da Canastra, da Serra do Cipó, e de Caparaó incluídos em fevereiro de 2022, no Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal; assim como o Programa de Concessão de Parques Estaduais (PARC) do Governo de Minas Gerais, priorizando outras 20 unidades de conservação estaduais, desde meados de 2020 (Quadro 1, próxima página).

É neste contexto político-institucional que surge a preocupação de pautar tal temática no curso de Turismo da UFVJM, uma vez que em um raio de 150 km de Diamantina existem sete parques, sendo um municipal (Parque Natural Municipal do Tabuleiro); um nacional (PARNA Sempre Vivas) e cinco estaduais (Parque Estadual Serra do Intendente; Parque Estadual Serra Negra; Parque Estadual de Biribiri; Parque Estadual do Rio Preto; e Parque Estadual do Pico de Itambé), conforme apresentado no mapa da Figura 1 (página 104).

Neste sentido, os três últimos foram priorizados como objetos de estudos pelo Instituto Estadual das Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com vistas à concessão de serviços turísticos relacionados ao uso público.

Quadro 1: Cronograma do Programa de Concessão em Parques Estaduais

	Unidade de Conservação	Status atual	Modelo de parceria/Previsão de celebração
1º	PE do Sumidouro	Contrato assinado	Contrato de concessão assinado - Agosto/2021
2º	MN Peter Lund		
3º	MN Gruta Rei do Mato		
4º	PE Ibitipoca	Edital publicado	Concessão/2023
5º	PE do Itacolomi		
6º	PE Rio Doce	Estudos em fase de elaboração - BNDES	Concessão/ 2023
7º	PE Serra do Rola Moça		Concessão/ 2024
8º	PE do Rio Preto		Concessão/ 2024
9º	PE Biribiri		
10º	PE Pico do Itambé		
11º	APA Parque Fernão Dias	Estudos em fase de elaboração – Consultoria contratada	Concessão/ 2024
12º	PE Serra do Papagaio		Concessão/ 2024
13º	PE Serra do Brigadeiro	Autorizações emitidas	Autorização de Condutores de Visitantes/ Outubro de 2022
14º	PE Serra das Araras	Em fase de elaboração de documentos jurídicos	Autorização de Condutores de Visitantes/Dezembro de 2022
15º	PE Serra Nova e Talhado	Autorizações emitidas	Autorização de Condutores de Visitantes/ Outubro de 2022
16º	PE Pau Furado	Em fase de elaboração de documentos jurídicos	Acordo de Cooperação com 3º setor / Fevereiro de 2023
17º	PE Nova Baden	Diagnóstico da situação atual concluída	A definir/2026
18º	PE Lapa Grande	Diagnóstico da situação atual concluída	A definir/2026
19º	PE Mata do Limoeiro	Diagnóstico da situação atual concluída	A definir /2026
20º	FLOE Uaimii	Diagnóstico da situação atual concluída	A definir /2026

Fonte: IEF (2022).

Assim, e frente não só aos desafios impostos pela pandemia, mas também as conexões e redes de contato potencializadas pela imersão em tantas transmissões on-line produzidas (que em tempos exclusivamente virtuais, se conformaram como contribuição ímpar para promover acesso ao conhecimento qualificado, favorecendo [de fato] a democratização do saber de formas multidiversas) é que foi estabelecido um primeiro contato com a coordenação do OPAP, em fevereiro de 2021. O OPAP reúne docentes e pesquisadores de universidades brasileiras, com a intenção de promover o conhecimento sobre o tema, a partir da pesquisa, do ensino e da extensão.

O OPAP é um núcleo de pesquisa e de difusão de informação e práticas, que visa promover o conhecimento sobre o tema das parcerias em áreas protegidas, considerando a contribuição da pesquisa, do ensino e da extensão no campo das políticas públicas da área. (OPAP, 2022, s.p)

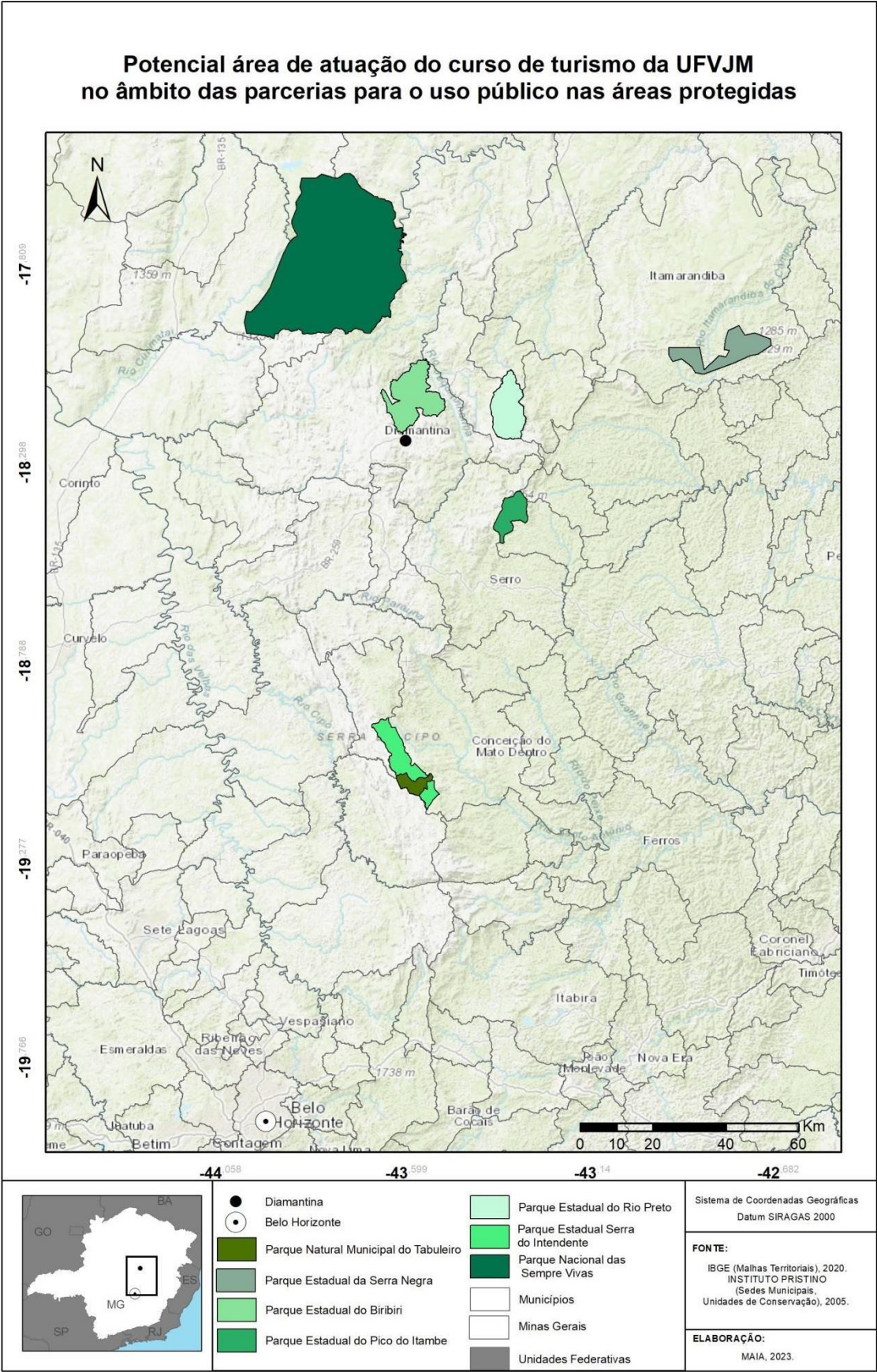


Figura 1: Mapa da área de potencial de atuação do curso de turismo da UFVJM no âmbito das parcerias para uso público nas áreas protegidas. **Fonte:** IBGE (2023).

Assim, a professora Virginia Martins Fonseca, ainda que recém-chegada ao OPAP, propôs a primeira iniciativa relacionada às parcerias para o uso público em áreas protegidas no âmbito da atuação do curso de Turismo da UFVJM. Durante a pandemia da COVID-19, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM lançou um edital para a realização de cursos de extensão on-line (Edital PROEXC 05/2021), no qual foi aprovada, com bolsa para um discente, a proposta extensionista intitulada “Parcerias em Áreas Protegidas – pela efetiva conciliação entre uso público e comunidades locais”. Neste momento, a professora Raquel Faria Scalco se somou como vice-coordenadora, diante de sua atuação acadêmica também relacionada às áreas protegidas e interesse em se aproximar da temática, frente ao convite feito.

A primeira edição do curso foi desenvolvida entre agosto e dezembro de 2021 e adotamos como público-alvo gestores e funcionários de unidades de conservação, com foco naquelas localizadas na área de atuação da UFVJM. A ideia foi que o curso funcionasse como um grupo de estudos, onde propúnhamos alguns textos e transmissões on-line para serem discutidos nos encontros síncronos, por meio da metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas, a fim de contextualizar as discussões para a realidade de atuação dos participantes.

No curso objetivamos promover um diálogo na busca pela compreensão do que são as parcerias para o uso público em áreas protegidas e suas possibilidades de implantação, com especial atenção aos temas relacionados ao envolvimento das comunidades locais. Salientamos o grande número de inscritos (superior a 70 interessados), superando nossas expectativas, uma vez que foi estabelecido o limite de 20 participantes. Assim, em tempos de tantas atividades virtuais, e desafios pessoais neste *modus operandis* inusitado, alcançamos finalizar o curso com 12 concluintes de diversas áreas de conhecimento, como: turismo, biologia, ecologia, geografia, sociologia, administração, entre outras, proporcionando um debate interdisciplinar, com expressiva representatividade regional (MARTINS FONSECA *et al.*, 2022). Como um dos resultados mais significativos, e de muita aprendizagem, houve a partilha dos participantes acerca de suas experiências, exitosas e inspiradoras, entre unidades de conservação e comunidades locais. Esta iniciativa extensionista proporcionou muita troca de conhecimentos e saberes, entre academia e comunidade, a partir de estudos dirigidos, análise crítica da realidade e de cenários ideais, posto o contexto de atuação de cada participante. Para além disso, nos possibilitou a compreensão de aspectos teóricos e práticos sobre esta temática, a partir de significativa pesquisa bibliográfica e documental.

Como a iniciativa atendeu suas metas e propósitos, e diante da publicação de novo edital da mesma natureza pela UFVJM (Edital PROEXC 01/2022), foi inscrita e aprovada a segunda edição do curso, contando novamente com uma bolsa para um discente, em que a ação deveria ser desenvolvida entre janeiro e junho de 2022. Nesta segunda edição, definimos como público-alvo membros de conselhos gestores de unidades de conservação localizadas em Minas Gerais, e igualmente houve grande procura para a seleção de apenas 20 participantes (mais de 70 inscritos). No entanto, com o crescente retorno das atividades presenciais e, consequente esvaziamento nas atividades remotas ao longo do processo, o curso teve seu término antecipado em quase um mês.

Destacamos que o encerramento antecipado se justificou uma vez que, mesmo que a iniciativa extensionista tenha buscado alternativas de adaptação, tornando os encontros síncronos abertos à participação de pessoas não-inscritas no processo de seleção, não obtivemos o retorno esperado para potencializar e

compartilhar o conteúdo programático da proposta. Para exemplificar, inclusive, fomos convidadas a realizar uma palestra a fim de iniciar o debate sobre o tema no âmbito do conselho gestor do Parque Nacional das Sempre-Vivas, sendo esta iniciativa realizada em março de 2022. A palestra foi realizada de forma virtual para os membros do conselho, abordando os principais aspectos das parcerias para o uso público em áreas protegidas. Nesta palestra, houve a participação de cerca de 20 pessoas, entre equipe gestora do parque e membros do conselho (comunidade, terceiro setor, universidade, setor público), e todos foram convidados a participarem dos encontros síncronos da iniciativa extensionista que estava em curso. Destacamos nesta palestra que o próximo encontro síncrono do curso trataria, com mais profundidade, sobre os modelos de parcerias que estávamos nos referindo, e que tais modelos são mais inclusivos e benéficos para as comunidades locais. Adaptamos nossa metodologia ao formato de aula expositiva, na expectativa de maior presença virtual de interessados pela temática, visto a curiosidade que foi despertada entre os presentes na palestra. Contudo, não houve aumento de novos interessados no curso de extensão, e mesmo que a participação dos inscritos proporcionasse debates muito ricos e troca de experiências interessantes acerca das iniciativas e parcerias para o uso público em áreas protegidas, optou-se por antecipar o encerramento do curso. Justificamos tal posicionamento para os quatro concluintes, e agradecemos imensamente pela participação tão efetiva como afetiva, mesmo frente aos desafios tão singulares na retomada das atividades presenciais.

Destarte o desenvolvimento destas iniciativas de extensão universitária, e diante da realização do maior evento científico da UFVJM, a VIII Semana de Integração: ensino, pesquisa e extensão, ocorrido em dezembro de 2021, houve chamamento público da organização do evento para a proposição de cursos, oficinas e palestras para comporem a programação, e então encaminhamos três propostas de contribuição para o evento: uma palestra, uma oficina e a apresentação dos resultados obtidos na primeira edição da iniciativa extensionista.

Na palestra intitulada “Parcerias para o Uso Público em Áreas Protegidas: como pensar em propostas mais inclusivas para as comunidades do entorno?” tivemos como objetivo iniciar um diálogo sobre este tema na instituição, com perspectiva crítica e reflexiva sobre as possibilidades de parcerias para o uso público em unidades de conservação que tenham maior potencial de incluir e beneficiar as comunidades locais. A palestra foi ministrada de forma on-line e contou com a presença de cerca de 30 participantes.

Já a oficina denominada “Parcerias para o Uso Público em Áreas Protegidas: garimpando iniciativas locais da produção associada ao turismo no entorno das Unidades de Conservação” intencionamos mapear propostas de arranjos produtivos locais de comunidades do entorno de unidades de conservação, que contassem com o apoio de outros docentes da UFVJM. A oficina teve a duração de três horas e contou com metodologia participativa e recursos interativos para potencializar a participação de todos os envolvidos, contando a presença virtual de 15 participantes. Ressaltamos que não identificamos quaisquer iniciativas relacionadas à temática, mas acreditamos que a oficina repercutiu como uma interessante estratégia de sensibilização quanto às possibilidades que estão associadas às parcerias em áreas protegidas. Assim mesmo, frisamos que considerando a magnitude do evento (ainda que regional) e a realização de diversas atividades concomitantes, possam ter prejudicado a participação e, consequentemente, a identificação de iniciativas similares que poderiam se somar a

nossa atuação, já que pretendíamos alcançar a almejada interdisciplinaridade com docentes de outros cursos de graduação.

Já na apresentação oral e publicação de um resumo sobre a primeira edição do curso on-line “Parcerias em Áreas Protegidas: pela efetiva conciliação entre uso público e comunidades locais”, buscamos apresentar brevemente a concepção do curso, a metodologia, os principais conteúdos abordados e os resultados atingidos, conforme já esclarecido anteriormente. Interessante destacar que, de modo geral, o perfil dos participantes nas três iniciativas era de discentes, prioritariamente do Curso de Turismo (mas não somente) e comunidade externa, que avaliaram como bastante necessárias ações relacionadas a esta temática, frente aos cenários que têm se conformado na região para promover o uso público nos parques. Acreditamos que iniciativas pontuais como estas podem instigar pesquisas, empíricas ou científicas, contribuindo de forma incisiva para uma reflexão crítica e sensível às especificidades de nossa realidade local.

Ainda no tocante à participação em eventos, em maio de 2022, apresentamos os projetos de extensão, em formato oral e presencial, no evento científico denominado Semana de Integração do Curso de Turismo. Na apresentação dos projetos relatamos brevemente como ambos os cursos de extensão foram desenvolvidos, os resultados atingidos e uma breve comparação entre as duas edições do projeto, contribuindo para fomentar, entre os docentes e discentes do curso de Turismo, a importância de refletir acerca de tais problemáticas.

Assim mesmo, realizamos uma palestra aberta à comunidade interna e externa da UFVJM, vinculada ao projeto de extensão “Ciclo de Debates Interdisciplinares do Curso de Turismo”, e denominada “Parcerias para o uso público em áreas protegidas”, que contou com a presença de mais de 60 participantes, em um encontro que se configurou como uma roda de conversa entre docentes e discentes, bastante produtiva e interessante.

Já em junho de 2022, foi publicado na Revista Raízes e Rumos (Revista de Extensão da UNIRIO), nosso artigo intitulado “Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas”, no qual buscamos compartilhar o *modus operandi* referente à realização da primeira edição do curso.

Ainda em junho de 2022, e considerando as possibilidades de indissociabilidade universitária, submetemos e obtivemos a aprovação de dois projetos de iniciação científica com bolsa, que iniciaram suas atividades em meados de setembro de 2022.

A primeira proposta trata-se de um projeto submetido ao edital de iniciação científica do CNPq (Edital CICT 002/2022 PIBIC/CNPQ/2022), intitulado “Parcerias em Áreas Protegidas: cenários e tendências do uso público em parques estaduais e nacionais de Minas Gerais e Espírito Santo”. Tal proposta tem por objetivo identificar, analisar e registrar arranjos de parcerias entre a esfera pública ou privada ou iniciativas de base comunitária, relacionadas ao uso público de áreas protegidas nestes Estados. Destacamos que tal proposta está articulada com o trabalho de Mapeamento das Parcerias para o Uso Público em Áreas Protegidas, desenvolvido pelo OPAP e, portanto, deve seguir as diretrizes metodológicas estabelecidas por esta rede de pesquisadores sobre o tema, potencializando o diálogo e a produção de pesquisas multicêntricas.

A segunda proposta foi submetida e aprovada em edital de iniciação científica para o ensino médio (Edital CICT 004/2022 PIBIC-EM/CNPQ/2022), intitulada “Parcerias em Áreas Protegidas: uso público em parques estaduais e nacionais de Minas Gerais como estratégia de sensibilização no ensino médio”. Tal proposta tem o objetivo de identificar a percepção de estudantes do 3º ano de três escolas de Diamantina acerca dos aspectos relacionados ao uso público em áreas protegidas, buscando visibilizar tanto as tendências relacionadas à temática, como a própria existência do Curso de Turismo da UFVJM como possibilidade de formação acadêmico-profissional.

Já em setembro de 2022, foram compartilhados na reunião mensal do OPAP aspectos relacionados à atuação do curso de Turismo da UFVJM sobre a temática, com especial intenção de compartilhar as experiências relacionadas à extensão universitária.

Além destas iniciativas, não podemos deixar de ressaltar que a temática das parcerias em áreas protegidas está sendo trabalhada em atividades de ensino em várias disciplinas do curso de turismo da UFVJM, tais como: “Meio Ambiente e Turismo” e “Legislação Aplicada ao Turismo”, componentes curriculares obrigatórios para a integralização do curso. Dentre os componentes curriculares eletivos, estão sendo abordados tais conteúdos em “Viagens e outras viagens”; “Técnicas de Monitoramento Socioambientais do Turismo” e “Gestão de Áreas Protegidas”. Destacamos que as iniciativas de pesquisa e extensão supracitadas têm sido fundamentais para subsidiar as atividades de ensino, uma vez que as mesmas têm permitido a compreensão sobre a temática, em construção, no atual cenário das áreas protegidas brasileiras.

Ademais, somos integrantes do Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho, criado em 2020 e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este grupo de pesquisa tem o objetivo de compartilhar saberes, por meio da produção de conhecimentos e construção de aprendizagens, a partir das interações e intenções que cada integrante desenvolve em suas respectivas ações de ensino, pesquisa e extensão. Colocamos em evidência a linha de pesquisa intitulada “Turismo, Áreas Naturais Protegidas e Inclusão Social” da qual fazemos parte, e que tem congregado as ações descritas, bem como outras com temáticas complementares.

Além disso, acreditamos que as todas estas iniciativas se articulam com outras ações do curso de turismo da UFVJM, tais quais: o Programa de Extensão “Encontro de Saberes: construindo pontes e ações entre os saberes de matrizes indígenas, afrodescendentes e populares com a produção do conhecimento científico”; e os projetos de pesquisa “Turismo e Áreas Naturais Protegidas: possibilidades incipientes da migração por amenidades em tempos de pós-COVID 19” e “Análise dos atrativos turísticos dos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada – entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas”, uma vez que como envolvidas ou protagonistas destas iniciativas, buscamos de alguma maneira pautar os aspectos das parcerias para o uso público em áreas protegidas nas análises e nos resultados obtidos.

Portanto, esperamos que a descrição destas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas sobre a temática das parcerias para o uso público em áreas protegidas no curso de turismo da UFVJM, evidencie o quanto temos buscado contribuir na difusão de conhecimentos, tanto junto à comunidade interna como

externa da universidade, pautando em alcançar a utópica indissociabilidade universitária. Acreditamos que as atividades desenvolvidas perpassam o tripé das funções da universidade, como iniciativas complementares que se articulam, no sentido de juntas, atingirem objetivos mais amplos. No entanto, a coexistência de iniciativas nas três dimensões não necessariamente significa atingir o princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Compreendemos que este ainda é um desafio universal, posto a necessidade de registro específico para cada projeto ou ação à sua respectiva Pró-Reitoria, com editais separados, recursos distintos, resultados esperados variados. Ainda assim, há a tentativa e a preocupação de que tais iniciativas estejam articuladas e integradas, a fim de potencializar, cada vez mais, a indissociabilidade universitária como prática docente. Por fim, fica evidente a necessidade de promover mais iniciativas que visibilizem as possibilidades das parcerias ancoradas no MROSC para que as áreas protegidas possam alcançar seus objetivos de forma mais colaborativa, inclusiva e solidária.

Evidentemente, os desafios não são pequenos, tampouco os resultados suficientes, mas enquanto relato de experiências, nos identificamos com o depoimento daquele colaborador, já citado, que considera “Parceria é [...] lutar em conjunto, união, cooperação, investimento, empatia, relação, solidariedade, colaboração e [...] amor por uma causa” (FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, 2022, s.p).

Para concluir, só estamos começando

Compartilhando tais experiências por meio deste relato, compreendemos que há muito que ser feito ainda. E colocar em prática tais iniciativas, ainda que de forma pontual ou em curto prazo não é tarefa fácil, frente às demandas inesgotáveis que nos inundam cotidianamente. Para Campos *et al.* (2020), são várias as pesquisas que indicam que as novas configurações do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras têm sido caracterizadas por um importante quadro de precarização do trabalho, com intensificação da jornada diária, flexibilização das relações trabalhistas, sobrecarga de trabalho, escassez de financiamento, excesso de controle institucional e sucateamento da infraestrutura.

Assim, optamos por ir ao encontro dos apontamentos de Mansano e Liberato (2020, p.447), que em publicação intitulada “Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na universidade”, sinalizam de forma bastante sensível que:

[...] acolher a diversidade que eles colocam em curso remete-nos à relevância de colocar em ação, cotidianamente, uma sustentabilidade afetiva nas práticas de pesquisa realizadas nas universidades [...] Por sustentabilidade afetiva entendemos a potência dos corpos para acolher, experimentar, elaborar e transformar os afetos díspares que emergem nos encontros com os outros. Tais outros podem ser os problemas de pesquisa e suas mutações, os participantes e seus relatos de vida, os procedimentos burocráticos, as situações inesperadas, as descobertas e saídas coinventadas por pesquisadores e participantes. Enfim, um amplo leque de situações que coloca o corpo em contato afetivo com as forças do fora que invadem cotidianamente as pesquisas.

Assim, compreender as problemáticas que permeiam as temáticas que são de nosso interesse (além da nossa responsabilidade, claro) no tocante às parcerias para o uso público em áreas protegidas se fazem como condição *sine qua non* para a atuação docente em tempos atuais. Não apenas na pesquisa, mas na extensão e no ensino, inclusive. Coadunamos com Moro *et al.* (2022, p. 231-232) que a falta de investimentos e recursos para gestão dos parques não é um assunto novo, assim como a utilização de parcerias com a iniciativa privada por meio de concessões como estratégia mais adequada, uma vez que:

Serviços como alimentação e hospedagem poderiam ser explorados de forma mais intensiva nas áreas limítrofes, desenvolvendo as cidades do entorno e não competindo com elas, haja vista que o desenvolvimento econômico regional é um dos objetivos do SNUC. Assim, um dos caminhos deve ser o incentivo ao empreendedorismo local, tornando o vizinho mais próximo, os protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

E, para tanto, nos parece que as parcerias pautadas no âmbito do MROSC, efetivamente têm maior aderência às áreas protegidas de Minas Gerais, uma vez que (de modo geral) vislumbram a promoção do turismo como alternativa de inclusão e desenvolvimento social. Assim, a necessidade de reverberar o uso público em áreas protegidas, fomentadas por tais instrumentos jurídicos, pode soar como contribuição ímpar da função social das universidades junto às comunidades de seu entorno.

Neste sentido, nos parece que, para além das parcerias entre docentes e pesquisadores, entre gestores e iniciativas privadas, entre áreas protegidas e organizações da sociedade civil, para melhor eficácia desta temática, outra parceria é essencial na contemporaneidade. As parcerias entre discentes, sejam estas possibilidades entre: discentes do mesmo curso de graduação; discentes entre cursos de graduação distintos; discentes e docentes da universidade em geral; e discentes e comunidade externa à universidade. Tais parcerias nunca se fizeram tão necessárias como na atualidade. Acreditamos, portanto, que uma atuação mais efetiva e afetiva dos discentes poderia contribuir de maneira singular para potencializar que o conhecimento se torne transversal, alicerçados sob outras óticas que não sejam hegemônicas e homogêneas aos interesses neoliberais, reconhecendo e visibilizando outros saberes e fazeres, como perspectivas necessárias na construção de outros conhecimentos.

Portanto, entendemos que os discentes são vínculos e expressões de diversas realidades comunitárias com a universidade, e podem contribuir de forma bastante *sui generis* na mobilização e articulação de organizações da sociedade civil que pautem por uma atuação mais solidária no que se refere ao uso público em áreas protegidas. E, talvez, a utopia que nos guie esteja justificada pelas contribuições da universidade para a transformação social quando estas forem protagonizadas por nossos discentes: sejam enquanto estiverem vinculados a academia seja, posteriormente, atuando junto a sociedade como egressos. Para tanto, ainda no âmbito do “talvez”, o primeiro passo seja visibilizar ações, intenções, resultados e desafios para que a indissociabilidade universitária se torne praxis

docente, para além dos discursos. E, neste sentido, esperamos que este relato contribua não apenas para inspirar, mas principalmente, provocar aproximações entre outras iniciativas, que de alguma forma têm uma mesma direção, ainda que isoladas. Ou seja, considerando Tendler, Santos e Esquivel (*apud* CALIBAN, 2021)

Defender os bens comuns não significa abrir mão dos avanços científicos e democráticos dos últimos séculos e sim criar um processo respeitoso de diálogo com as comunidades tradicionais em nome da sobrevivência e do bem-viver dos povos e do planeta.

A ciência está dividida e é o momento exata para podermos trazer outros saberes para dentro da discussão. E é esse nível então, a justiça ambiental, passa de sintoma a causa e um grande sinal de uma nova civilização e de uma outra forma de pensar a sociedade, a vida e a natureza. Nós chamamos a um tipo de conhecimento específico que nós chamamos de ciência, que é o único conhecimento separado da prática. Mas as pessoas, todas elas, são conhecedoras de outros conhecimentos. E é por isso que as nossas universidades são tanto um sistema de conhecimentos, como um sistema de desconhecimentos. A gente obriga nossos estudantes a serem ignorantes de outros saberes, que por vezes, trazem das famílias, das suas comunidades. E para isso vem então a tal Ecologia de Saberes, que é uma forma de articular diferentes conhecimentos, credibilizar diferentes conhecimentos em situações muito concretas.

Agora o que temos que fazer é nos unir. É fazer com que o povo tenha a resistência e a força para se opor a isto de privatizar tudo, de vender tudo. Hoje estamos perdendo a soberania, estamos perdendo as identidades.... sempre cito um exemplo: que estão nos impondo o pensamento único, e este pensamento único está causando desastres. Como as monoculturas de soja, de trigo, de bosques... Mas sempre digo que há uma monocultura mais perigosa, que todas estas, que é a monocultura das mentes. (CALIBAN, 2021, 1h01m56s – 1h04m11s)

Referências

BOZZANO, H. Territorios posibles y utopías reales: Aportes a las teorías de la transformación: Inteligencia territorial y justicia territorial. **Arquetipo**, v. 15, pp 71-91, 2017. Em Memoria Académica.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015**. Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002

BRASIL. **Lei nº13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

CALIBAN. **Fio da Meada.** [S.l.: s.n.], 2021, 1h17m58s. Publicado pelo canal Youtube CALIBAN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pm7OjaE6vDc&ab_channel=CALIBAN|cinemae conte%C3%BAdo>. Acesso em: 22 out. 2022.

CAMPOS, T.C.; VÉRAS, R.M.; ARAÚJO, T.M. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Revista Docência do Ensino Superior**. Belo Horizonte, v. 10, e015193, p. 1-19, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193>>. Acesso em 28 out 2022.

CRUZ, M.J.V.; MARQUES, H.D. **Princípios e diretrizes das parcerias: Lei Federal 13.019/2014: Marco Regulatório de Acesso a Recursos pelas OSCs.** 1. ed. Porto Alegre, RS: Usideias Editora, 2021.

DE OLIVEIRA LOPES, M.V. Sobre estudos de caso e relatos de experiências. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 13, núm. 2, 2012. ISSN: 1517-3852. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027983001>>. Acesso em: 30 set. 2022

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade: Um Projeto em Parceria.** 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus/AM. 2012.

FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA. **Dicionário do Desenvolvimento - Tod@S contam para a Cidadania Global.** 2022. Disponível em: <<https://ddesenvolvimento.com/portfolio/parcerias/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

GIMENEZ, A.M.N; BONACELLI, M.B.M. Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: demandas e desafios. **Tecnologia e Sociedade**, vol. 9, núm. 18. Curitiba/PR. 2013.

GOMES. C.C.P. O papel Social da Universidade. **Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU: a gestão do conhecimento e os novos modelos de universidade.** Florianópolis/ SC. 3, 4 e 5 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131807/2014-175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 09 set. 2022

GONÇALVES, N.G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

ICMBIO. **Roteiro de Planejamento da Visitação com Objetivos Educacionais**. MMA: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_vcoe.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

ICMBIO. **Instrução Normativa nº 14, de 27 de julho de 2022**. Regula os procedimentos administrativos para o planejamento, a celebração, a execução e o monitoramento dos instrumentos jurídicos disciplinados pela Lei nº9.790, de 23 de março de 1999, e pela Lei nº13.019, de 31 de julho de 2014, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 2022.

ICMBIO. **Instrução Normativa nº 05, de 1º de junho de 2018**. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais. Brasília, 2018.

IPEA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. 2022. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/#>>. Acesso em: 22 set. 2022

LEUNG, Y.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G.; BUCKLEY, R. **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**. Diretrizes para sustentabilidade. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: UICN, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.pt>>. Acesso em: 22 set. 2022.

MANSANO, S. R. V.; LIBERATO, M. T. C. Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na universidade. **Psicologia em Revista**, v. 26, pp. 426-440, 2020.

MARTINS FONSECA, V.; SCALCO, R.F.; ARAUJO, D.M. Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas. **Raízes e Rumos**, v.10 n.1, pp. 30-52, 2022.

MINAS GERAIS. **Portaria nº 34, de 28 de junho de 2018**. Estabelece normas e diretrizes para o uso público nas Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Estadual de Florestas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46061>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/arquivos/livro.pdf>. Acesso em 07 out. 2022.

MORO, C.; OMENA, M.; MAGRO, T. Discutindo as Concessões de Uso Público em Unidades de Conservação Brasileiras. **BioBrasil Revista Científica**. Dossiê Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas v. 12 n. 3, 2022.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (OPAP). **Seminário Parcerias público-comunitárias para o turismo em áreas protegidas**. [S.l.: s.n.], 2021, 1h45m57s. Publicado pelo canal Youtube OPAP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oho-6cVHQfw&ab_channel=Observat%C3%B3rioDeParceriasem%C3%81reasProtegidasOPAP>. Acesso em: 22 set. 2022.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (OPAP). **Quem somos?** Disponível em <<https://www.opap.com.br/quem-somos>>. Acesso em 09 set. 2022.

OLIVEIRA, T.M.S. O bolsonarismo e o aparelhamento do Estado: desafios da luta futura. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo. Publicado em 17 de agosto de 2022 às 09:39. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/o-bolsonarismo-e-o-aparelhamento-do-estado-desafios-da-luta-futura>>. Acesso em: 13 out. 2022.

OMENA, M.T.R.N.; BERNARDO, V.M.; HANAZAKI, N. Uso Público em Áreas Protegidas Estaduais em Santa Catarina, Brasil: o Olhar dos Gestores e Contribuições para o Manejo. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, nº 3, pp. 55-64, 2022.

PIMENTEL, B.C. **O programa de voluntariado do ICMBio e sua importância para o turismo em unidades de conservação**: Relatos de Experiência nos Parques Nacionais de Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, MA) e Jericoacoara (Jijoca de Jericoacoara, CE). **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso de Graduação de Bacharelado em Turismo) – Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

RODRIGUES, C.G.O.; ABRUCIO, F.L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 105–120, 2019.

SANTOS, B.S. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. In: SANTOS, B. S. **Pelas Mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7°. Ed. Edições Afrontamento. Porto/PT. 1999.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 4 ed., 2006.

SANTOS, B.S. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade In. SANTOS, B.S; FILHO, N.A. **A Universidade no Século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra. Portugal, 2008.

SCALCO, R.F. A ciência moderna e a construção de um saber sócio-espacial. **Saberes Interdisciplinares**. Ano II, nº4, jul-dez, São João Del Rei/MG, 2009

TAUCHEN, G.; FÁVORO, A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011.

VALLEJO, L.R., Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. In: VALLEJO, L.R., PIMENTEL, D.S., MONTEZUMA, R.C.M.(Orgs.). **Uso Público em Unidades de Conservação**: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos. Artigos do 1º e 2º Encontros Fluminenses – 2013 e 2015. Niterói: Ed. Alternativa, 2015.

VEAL, A. J. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

WRIGHT, E.O. **Construyendo utopías reales**. Madrid: Akal, 2015.

ZANELLA, L.C.H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

Virginia Martins Fonseca

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, MG, Brasil.

E-mail: virginia.martins@ufvjm.edu.br

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0844500125867329>

Raquel Faria Scalco

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, MG, Brasil.

E-mail: raquel.scalco@ufvjm.edu.br

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>